



**Diretoria do Departamento de Avaliação e Monitoramento  
Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação  
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**

# **A IMPORTÂNCIA DO BOLSA FAMÍLIA NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS**

**Brasília, 14 de novembro de 2004.**

## **Equipe de pesquisa**

Coordenação: Rosa Maria Marques (PUCSP<sup>1</sup>)

Pesquisadores seniores: Áquilas Mendes (FAAP e CEPAM)

Marcel Guedes Leite (PUCSP)

Pesquisadora junior: Ana Hutz. (Unicamp)

---

<sup>1</sup> Coordenadora do Núcleo de Pesquisa em Políticas para o Desenvolvimento Humano do Programa de Estudos Pós-graduados em Economia Política da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

## A - Introdução

O Brasil apresenta uma das piores concentrações de renda do mundo, só sendo superado por poucos países, tais como Serra Leoa, República Centro-Africana e Suazilândia. A renda das famílias mais ricas (renda familiar mensal, em 2000, acima de R\$ 10.982,00 de setembro de 2003), que totalizam 1,162 milhão, corresponde a 75% do total da renda nacional. Entre essas, as 5.000 famílias mais ricas absorvem 45% da renda nacional (Pochmann, 2004).

Essa situação, estrutural na sociedade brasileira, por diversos motivos, tem se agravado nas últimas décadas: enquanto que em 1980 a renda média da população mais rica era 10 vezes maior do que a renda média da população brasileira, atualmente essa relação é de 14 vezes. Em relação à renda dos 20% mais pobres, essa relação é de 80.

Não bastasse esse quadro de extrema desigualdade, soma-se a ele a existência de um enorme contingente da população brasileira situado abaixo da linha de pobreza. Como é sabido, a definição de linha de pobreza é extremamente polêmica, gerando estimativas bastante diferenciadas. Segundo o Instituto Brasileiro de Economia (IBRE) da Fundação Getúlio Vargas, ao analisar os dados do Censo Demográfico de 2000, e ao adotar o critério de R\$ 60,00 *per capita* como definidor da linha de pobreza, 35% de população brasileira, o que equivale a 57,7 milhões de pessoas, estaria vivendo abaixo da linha da pobreza. Essa análise identificou que as regiões mais pobres do país seriam a Norte e Nordeste, onde 13,8 milhões de pessoas viveriam em situação de pobreza extrema, e que 26% dos brasileiros nessa situação habitariam nas zonas rurais. Na zona rural do Norte, por exemplo, a renda média seria de R\$ 19,67, a mais baixa do país. Nesse mesmo estudo é considerado que o número de pobres no País poderia ser reduzido em um terço se os mesmos recebessem uma renda mensal adicional de R\$ 50,00.

Já no Projeto Fome Zero: uma Proposta de Segurança Alimentar para o Brasil, ao utilizar o critério de linha de pobreza do Banco Mundial (U\$ 1,08 por dia), ajustando para os diferentes níveis regionais de custo de vida e pela existência ou não de auto-consumo, a população estimada seria de 44,043 milhões de pessoas, envolvendo 9,32 milhões de famílias. Essa estimativa correspondia a 21,9% das famílias, 27,8% da população total do país, 19,1% da população das regiões metropolitanas, 25,5% das áreas urbanas não-metropolitanas e 46,1% da população rural.

Atualmente, no combate à pobreza e como política de transferência de renda, o governo federal conta, entre outros, com o Programa Bolsa Família. Este programa está sob a égide do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Em junho de 2004, o governo federal registrava que 4.103.016 famílias eram beneficiárias do Programa Bolsa Família, absorvendo, naquele mês, recursos da ordem de R\$ 288,2 milhões.

A teoria econômica de inspiração keynesiana advoga que o gasto governamental, assim como o privado, gera, no conjunto da economia, por seu efeito multiplicador, renda de valor maior do que o do gasto realizado. Isso acontece porque as compras que o governo efetua resultam em novas demandas para as empresas que, ao aumentarem sua produção, elevam os pedidos juntos a seus fornecedores, uns e outros aumentando o nível de contratação de trabalhadores. Esse processo tem continuidade na cadeia produtiva, tanto das empresas inicialmente beneficiárias da maior demanda estatal, como daquelas vinculadas ao consumo dos trabalhadores e dos demais segmentos da população que aumentaram sua renda.

No caso de transferência de renda às famílias, o impacto será tanto maior quanto também maior for a propensão marginal a consumir, isto é, quanto maior for a parcela destinada ao consumo quando a renda é aumentada em uma unidade. No caso da população alvo da Bolsa Família, principalmente junto às famílias definidas como extremamente pobres, a propensão marginal a consumir é das mais elevadas, quando não “igual” a 1. Assim, o aumento da renda resultante da política pública em parte retorna aos seus cofres, sob a forma de incremento na arrecadação de tributos.

## **B - Metodologia**

### **I) Da amostra**

Na impossibilidade de se fazer um estudo sobre todos os municípios brasileiros, optou-se por estudar uma amostra representativa das diferentes situações em que eles podem ser enquadrados, levando em conta os seguintes critérios: localização geográfica, em termos de grande região; porte populacional; nível de pobreza; atividade econômica predominante e relação população urbana/rural.

Os critérios usados para estratificar os municípios brasileiros foram especificados da seguinte maneira:

- Localização geográfica – adotou-se como referência as cinco grandes regiões estabelecidas pelo IBGE: Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul.
- Porte populacional – como não existe uma classificação padrão para todos os trabalhos que envolvam esta característica e tentando limitar ao menor número possível de classes, mas ainda assim obter homogeneidade interna, optou-se por estabelecer quatro classes de porte populacional bastante amplas, mas, a princípio, diferenciadas entre si. Os municípios brasileiros foram divididos em pequenos, médios, grandes e muito grandes. No primeiro grupo encontram-se aqueles com menos de 20 mil habitantes, que geralmente constituem estruturas administrativas mais simplificadas, com grande proximidade entre a

administração pública e os interesses e necessidades de sua população. No segundo, municípios com população entre 20 mil e 100 mil habitantes, que já apresentam alguma complexidade administrativa, mas ainda não muito grande. O terceiro grupo é composto por municípios com população entre 100 mil e 500 mil habitantes, estes sim com estrutura administrativa pública bastante complexa. Finalmente, o último grupo é formado por municípios muito grandes, com população acima de 500 mil habitantes, incluindo aí as grandes metrópoles brasileiras, que formam muitas vezes universos próprios de administração pública, de difícil generalização.

- Nível de pobreza – Para este critério não se restringiu à característica econômica de renda *per capita*, mas preferiu-se ampliar o conceito de forma a captar o estágio de desenvolvimento do município. Assim, foi escolhido como critério o IDH-M, isto é, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e os municípios foram separados em dois agrupamentos: aqueles com IDH-M abaixo da média brasileira e aqueles com IDH-M acima da média. Para definição do corte de separação entre as duas categorias, escolheu-se a média de todos os municípios brasileiros, cujo valor era 0,699 em 2000. No mesmo ano, a mediana era 0,713.
- Relação população rural/urbana – Os municípios foram classificados em urbanos ou rurais dependendo da distribuição da população em seus limites territoriais. Se o município apresentar mais que 50% de pessoas vivendo na região urbana (conforme critério adotado pelo IBGE), considerou-se como sendo urbano e como rural caso contrário.
- Atividade Econômica Predominante – Para a estratificação dentro deste critério, optou-se por separar a atividade econômica nos três grandes setores da atividade produtiva: primário (extrativista, agrícola e pecuária), secundário (industrial) e terciário (serviços). A classificação dos municípios nestes três setores levou em consideração a concentração do valor da produção gerada em cada um deles, pelo município.

Em 2000, encontravam-se instalados no País 5.507 municípios. Destes, encontramos informações completas, disponíveis no *site* do IPEA ([www.ipeadata.gov.br](http://www.ipeadata.gov.br)) para os cinco critérios adotados, para 4.970 municípios. Entretanto, como foram instalados 154 novos municípios em janeiro de 2001 (última data, até 2004, de instalação de novos municípios no Brasil), foram excluídos, deste universo, 74 municípios que deram origem aos novos em 2001. Os 4.896 municípios que restaram foram distribuídos em 119 (cento e dezenove) agrupamentos distintos com pelo menos um município, sendo que destes, 21 (vinte e um) são compostos por apenas um município, 7 (sete) por apenas dois e 8 (oito) com apenas três municípios; restando assim, 83 (oitenta e três) estratos com quatro ou mais municípios.

A região Centro-Oeste abriga em seus 19 (dezenove) agrupamentos 405 municípios (em 2000 encontravam-se instalados na região 468 municípios). Dos 405 municípios desta região apenas 60 (15%) são classificados como rurais, sendo que destes, 90% são classificados como tendo atividade econômica concentrada predominantemente no setor primário. Dos 265 municípios com menos de 20 mil habitantes, caracterizados como urbanos, 182 (69%) são classificados como geradores de renda predominantemente no setor primário, 71 (27%) no setor terciário e apenas 12 (4%) no secundário. Os grandes municípios, em termos populacionais, são classificados em sua maioria como terciários e urbanos, haja vista serem classificados como urbanos todos os 80 (20%) municípios da região, com mais de 20 mil habitantes. Interessante notar que dos 10 municípios existentes, com mais de 100 mil habitantes, 9 concentram a produção no setor terciário e apenas 1 no secundário. A grande maioria dos municípios (87%) apresenta IDH-M superior à média dos municípios brasileiros, sendo que os 13% com IDH-M baixo (abaixo da média) estão localizados entre os municípios com menos de 20 mil habitantes (12%) ou com população entre 20 mil e 100 mil habitantes (1%).

Na região Norte, os 398 municípios (eram 427 em 2000) estão distribuídos em 27 agrupamentos. Os 14 (4%) grandes municípios da região, distribuídos em apenas 3 grupos, são todos classificados como urbanos, geradores de renda predominantemente no setor terciário, exceto Manaus classificado como secundário, face à presença da Zona Franca e todos com IDH-M acima da média brasileira. Já os 384 (96%) municípios com menos de 100 mil habitantes distribuídos em 24 grupos, encontram-se homogeneamente divididos entre rurais e urbanos, mas apresentam predominantemente IDH-M baixo da média nacional (77%), sendo 51% classificados como geradores de renda concentrada no setor primário, 45% no terciário e apenas 4% no secundário.

Os 1.548 municípios da região Nordeste (1.787 em 2000) distribuem-se entre 25 agrupamentos. Do total, 1.503 municípios (97%) têm população inferior a 100 mil habitantes, e destes, 1.472 (97%) apresentam IDH-M abaixo da média brasileira; estão igualmente distribuídos entre rural e urbanos, 53% concentram a geração de renda no setor terciário, 43% no primário e apenas 4% no secundário. Os 45 (3%) grandes municípios (com mais de 100 mil habitantes), estão distribuídos em 6 grupos, sendo todos, exceto São José do Ribamar – MA, classificados como urbanos; apenas 7 (15%) concentram a renda gerada no setor secundário e os 38 (85%) restantes no setor terciário; 14 (31%) apresentam IDH-M baixo. Interessante notar que os 76 municípios da região (5%) com IDH-M superior à média nacional, à exceção de três (Triunfo – PE e Paço do Lumiar – MA e São José de Ribamar – Maranhão), concentram sua população na zona urbana.

A região Sul apresentou 22 agrupamentos nos quais se distribuíram seus 1.014 municípios (existiam 1.159 em 2000). Dos 802 pequenos municípios (79%), com população até 20 mil habitantes, 94%

apresentam IDH-M superior à média brasileira, sendo 51% rural. A grande maioria deles (75%) tem no setor primário a principal fonte de geração de renda, enquanto 10% concentram a renda no setor secundário e os 15% restantes no terciário. Já os 212 municípios com mais de 20 mil habitantes são classificados como essencialmente urbanos (95%), tendo apenas 10 (5%) rurais e assim mesmo todos eles com menos de 100 mil habitantes. Além disso, apenas 3 (1%) têm IDH-M baixo da média brasileira e em termos de concentração de setor produtivo na geração da renda, 55% classificam-se como terciário, 31% como secundário e 14% como primário (estes últimos todos com população inferior a 100 mil habitantes).

Finalmente, a região Sudeste distribui seus 1.531 municípios (em 2000 existiam na região 1.666 municípios instalados) em 26 agrupamentos. Os 1.420 municípios com menos de 100 mil habitantes (93%) são predominantemente urbanos (82%), 76% apresenta IDH-M acima da média nacional, 45% tem no setor primário a principal fonte geradora de renda, 10% no setor secundário e os demais 45% no terciário. Já os 111 (7%) municípios com mais de 100 mil habitantes concentram todos a maioria de sua população na zona urbana, têm todos IDH-M maior que a média brasileira, nenhum tem no setor primário sua principal fonte de geração de renda, concentrada majoritariamente no setor terciário em 65% deles, ficando os 35% restantes com o setor secundário.

Para a definição final dos municípios a serem analisados, foram excluídos os grupos que apresentavam apenas um município, pois esses seriam representativos somente deles mesmos. Dessa forma, chegou-se a um total de 98 municípios, cada um deles representando um grupo diferente, com características próprias. Contudo, a inexistência de informações para os municípios pertencentes aos grupos 3 e 52 (exceto para o Bolsa Família) levou à exclusão deles do corpo do estudo.

Interessante observar que analisando todos os municípios brasileiros com mais de 100 mil habitantes, não se observa muita diferença entre os dois portes populacionais propostos, já que segundo os critérios adotados, à exceção dos grupos 39 e 40, todos os demais apresentam as características de terem IDH-M acima da média brasileira, têm a maioria da população na zona urbana e concentra a atividade econômica predominantemente na atividade secundária (grupos 42, 94, 96 e 117) ou terciária (grupos 18, 19, 43, 44, 69, 95, 97, 118 e 119). Mas como isso eliminaria apenas 5 grupos optou-se por manter o critério inicial de separação por porte populacional.

## **II) Do Bolsa Família e dos demais dados**

Para o estudo realizado tomou-se a situação, de julho de 2004, em relação à quantidade de famílias beneficiadas e ao valor dos recursos transferidos como a “realidade” do Programa Bolsa Família de 2003, isto é, caso o mesmo tivesse começado em janeiro desse ano, atingindo as famílias atualmente

beneficiadas. Em outras palavras, adotou-se a situação de julho de 2004 como espelho da situação que poderia ter ocorrido em cada mês de 2003, com o Programa Bolsa Família atingindo toda a população alvo no município em questão. Isto porque, a partir de dezembro de 2003, o número de famílias e o valor mensal gasto com o Bolsa Família nos municípios escolhidos mantiveram-se constantes ou praticamente constantes.

Dessa maneira, comparou-se o total dos recursos transferidos a informações tais como a Receita Disponível do município, compreendida pelos recursos de impostos e das transferências constitucionais; o total das transferências federais para o SUS, o total da transferência federal Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e o total da transferência estadual ICMS<sup>2</sup>.

Para a estimativa da população beneficiada pelo programa Bolsa Família utilizou-se a média de pessoas por família por Estado segundo a PNAD de 2002. Se por um lado esse número pode superestimar a quantidade de beneficiários das capitais e grandes metrópoles, por outro lado ele estaria subestimando os beneficiários das cidades menores e do interior dos Estados. Nesse caso a estimativa é provavelmente conservadora, de modo que a quantidade de beneficiários seja, na realidade, ainda maior.

## **C - Os Resultados**

As Tabelas 1 e 2 apresentam, respectivamente, os dados do Bolsa Família e as características dos municípios integrantes da análise; e indicadores da importância relativa desse programa. Essa importância é medida através da comparação dos recursos recebidos a título do Bolsa Família à receita disponível, entre outros.

### **I) O Bolsa Família e a população.**

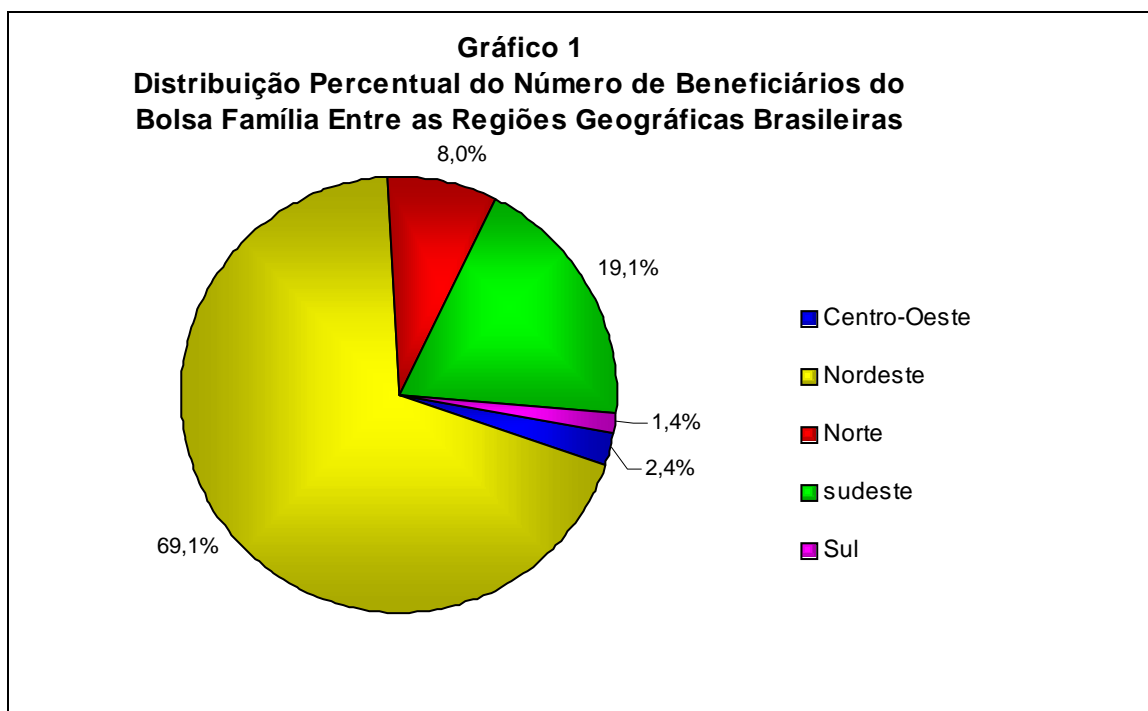
O Bolsa Família constitui, hoje, o maior programa de transferência de renda na área assistencial<sup>3</sup>. Em dezembro de 2003, levando-se em conta que cada grupo estudado na pesquisa representa um conjunto de municípios homogêneos, estima-se em 16 milhões e 512 mil brasileiros o número de beneficiários desse programa.

---

<sup>2</sup> De forma alternativa, poder-se-ia considerar a situação de dezembro de 2003 do Programa Bolsa Família e compará-la às informações acima citadas para o mesmo mês de dezembro de 2003. Para isso considerar-se-ia que a arrecadação e ou as transferências do FPM / ICMS / SUS ocorreram de forma constante ao longo do ano, o que não é propriamente correto. Para sanar este problema, os cálculos poderiam ser feitos em relação à média do ano. Essa forma de calcular chegaria aos mesmos resultados alcançados na metodologia anterior.

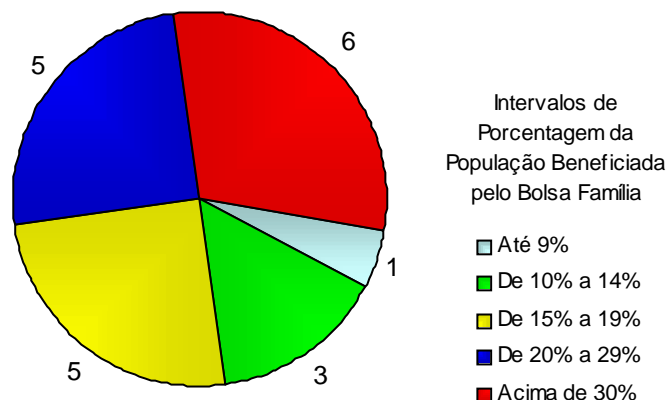
<sup>3</sup> Do ponto de vista da literatura, não cabe a comparação com outros programas, tais como o benefício de um salário mínimo concedido aos rurais, entre outros. O benefício pago aos rurais é um direito garantido pela constituição no campo previdenciário, constituindo-se numa renda de substituição. No Brasil existem outros importantes programas de transferência de renda. O Bolsa Família é um programa de transferência de renda que visa complementar a renda familiar e estimular a manutenção da criança e do adolescente na escola. Trata-se, portanto, de programas que integram ramos diferentes da proteção social, da previdência e da assistência.

Entre as regiões, está assim distribuída a população beneficiária: 69,1% no Nordeste, 2,4% no Centro-Oeste; 8,0% no Norte; 19,1% no Sudeste e 1,4% no Sul (Gráfico 1).



**Na região Nordeste**, o primeiro aspecto destacável é o fato de ser nessa região o lugar onde os recursos do Programa Bolsa Família atingem maior percentual da população dos municípios. Entre os grupos dessa região (20, 21, 22, 23, 24, 25, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 37, 38, 39, 40, 42, 43 e 44), embora no grupo 42, no estudo representado por Camaçari, na Bahia, somente 6% da população total seja beneficiária do programa, nos demais grupos esse percentual varia de 13% a 45%. A razão do grupo 42 apresentar esse percentual decorre do fato dos municípios nele compreendidos (3) terem de 100 mil a 500 mil habitantes, IDH acima da média, população praticamente vivendo toda ela na zona urbana (95%) e atividade econômica predominante no setor secundário e, principalmente pelas particularidades oferecidas pelo município referência, como o fato de ser um pólo petroquímico nacional. O percentual da população atingido pelo Bolsa Família, entre os grupos da região Nordeste, pode ser melhor visto no Gráfico 2.

**Gráfico 2**  
**Nordeste - Número de Grupos de Municípios**  
**Distribuídos entre os Intervalos de Porcentagem da**  
**População que é Beneficiada pelo Bolsa Família**



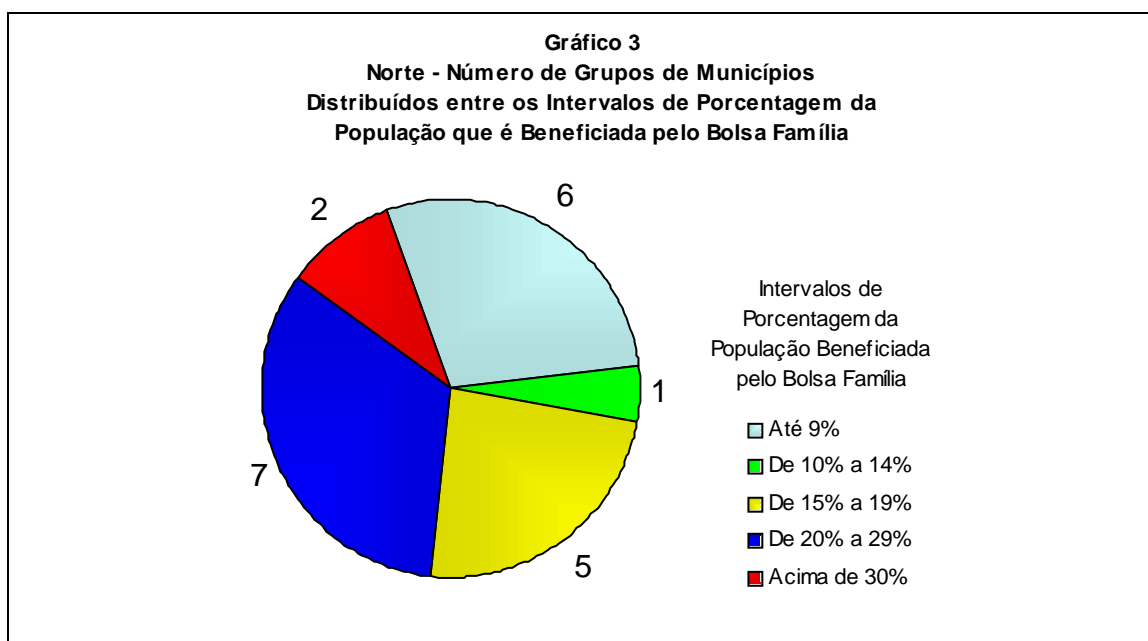
Elaboração própria

Entre os municípios do Nordeste, encontramos situações onde até 45% da população é beneficiária da transferência de renda do Bolsa Família. Isso ocorre em Várzea, no Pernambuco e em Pedra Branca, no Ceará. É sempre bom reafirmar que, nesta pesquisa, estes dois municípios representam dois diferentes grupos, com características diferentes.

No grupo 25, do qual pertence Várzea, localizado no Estado de Pernambuco, encontram-se mais 288, todos eles situados na região Nordeste, com população até 20 mil e urbana, com IDH abaixo da média nacional e com atividade econômica predominantemente no setor terciário. Já Pedra Branca pertence ao grupo 32, onde se encaixam 57 municípios do Nordeste, com população de 20 a 100 mil, localizada mais na zona rural, com um IDH abaixo da média nacional e cujas atividades econômicas são predominantemente realizadas no setor terciário.

O resultado observado na região Nordeste é, antes de tudo, reflexo da situação de pobreza em que vivem os habitantes de seus municípios, mas também do fato de esse programa nela ter se iniciado, certamente contemplando um conjunto significativo das famílias necessitadas. Dessa forma, a importância assumida pelo Bolsa Família no Nordeste, não encontra paralelo nas demais regiões. Isso não significa, entretanto, que nas demais não se encontrem grupos de municípios onde parcela significativa da população seja beneficiária desse programa. Exemplo disso ocorre em Itaguatins (Tocantins), município pertencente ao grupo 50 (onde estão agrupados 56 municípios de até 20 mil habitantes da região Norte, com IDH abaixo da média, com população predominantemente urbana e que desenvolve atividade econômica terciária), onde 38% de sua população é beneficiária do Bolsa Família.

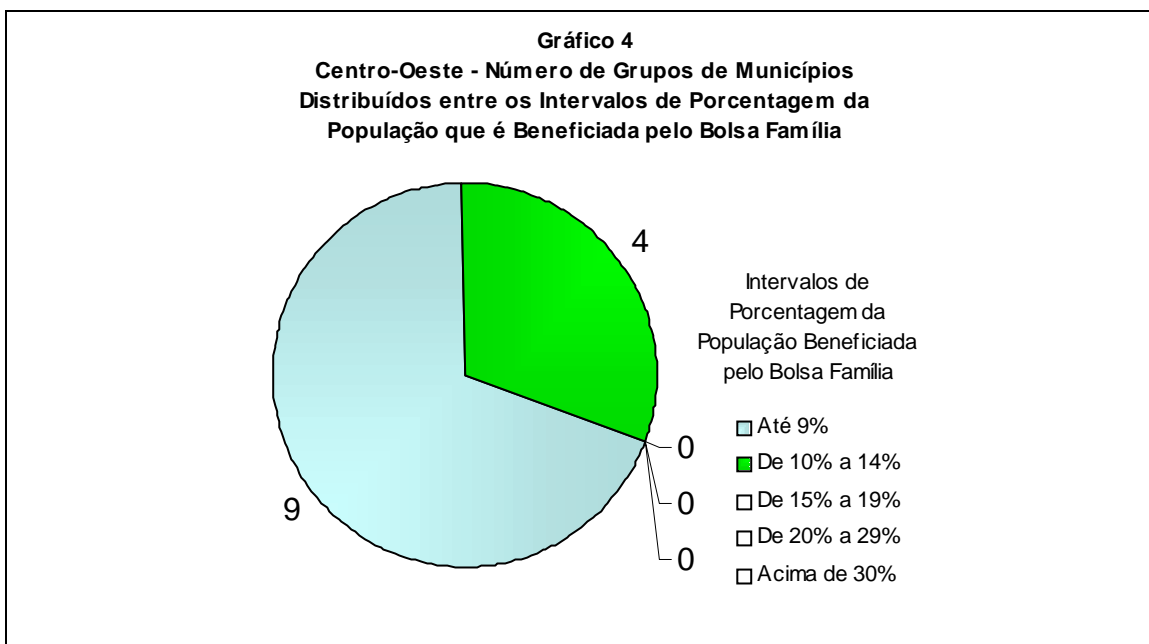
Na região Norte podemos encontrar tanto grupos de municípios onde o percentual da população beneficiária é extremamente baixo, tal como o grupo 63 (5 municípios), no estudo representado por São Félix do Xingu (Pará), como grupos onde esse percentual é bastante significativo, próximo ou superior aos 20%. No caso do município de São Félix do Xingu, talvez o baixo percentual registrado (1%) esteja em parte indicando que o programa ainda não atingiu toda a sua população alvo, mas é preciso se levar em conta que se trata de município de 20 mil a 100 mil habitantes, com IDH acima da média nacional, cuja maioria de sua população habita na zona rural e desenvolve atividade predominantemente primária. A distribuição dos municípios da amostra, segundo importância da proporção da população beneficiada pelo Bolsa Família, no total da população do município, pode ser vista no Gráfico 3. Dos 21 grupos da região, dois, representados por Itaguatins (grupo 50) e Esperantina (grupo 47), ambos no Tocantins, se destacam pelo elevado número de beneficiários na população total, ultrapassando a cifra de 30%. Além desses, em 7 grupos (46, 56, 59, 62, 66, 67 e 69) o Bolsa Família beneficia mais de 20% da população dos municípios, mas no extremo oposto, em 6 grupos (45, 48, 51, 57, 63 e 68) o percentual é inferior a 10%, evidenciando que o programa ainda não atingiu toda a região de forma equitativa.



Elaboração própria

Ainda quanto à importância da participação da população beneficiada pelo Bolsa Família na população total do município, na região Centro-Oeste, destacam-se os grupos representados por Divinópolis do Goiás (grupo 6, com 11 municípios de até 20 mil habitantes, com IDH abaixo da média nacional, com população vivendo majoritariamente na zona urbana e desenvolvendo atividade econômica principalmente junto ao setor terciário), por Santa Rita do Pardo, em Mato Grosso do Sul (grupo 7, com 32 municípios de até 20 mil habitantes, com IDH acima da média, com população vivendo na maioria na zona rural e desenvolvendo atividade primária), por Novo

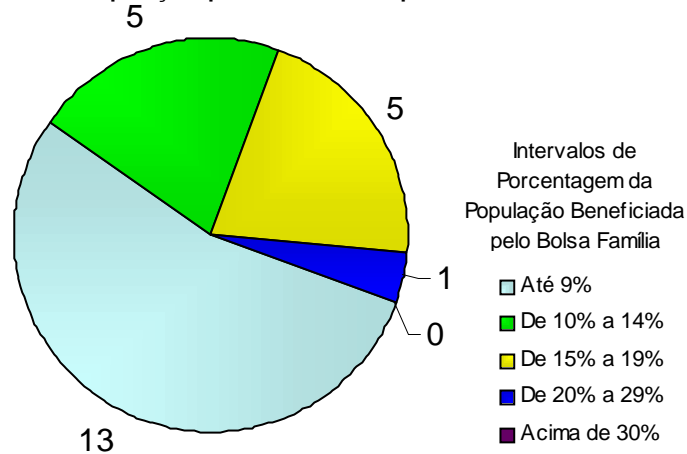
Horizonte do Norte, em Mato Grosso (grupo 8, com 3 municípios de até 20 mil habitantes, com IDH acima da média, população predominantemente vivendo na zona rural e desenvolvendo atividade terciária) e por Itapuranga, em Goiás (grupo 16, com 38 municípios, com população entre 20 mil a 100 mil habitantes, com IDH acima da média, com população vivendo, em sua maioria, na zona urbana e desenvolvendo atividade econômica predominantemente junto ao setor terciário). Nesses municípios 10%, 11%, 14% e 10% de sua população total é beneficiária do Bolsa Família, respectivamente. Uma visão geral pode ser obtida através do Gráfico 4, onde percebemos que todos os demais municípios apresentam percentual inferior a 10%.



Elaboração própria

**Já na região Sudeste**, o maior percentual encontrado foi em Medina (29%), em Minas Gerais (grupo 87, com 17 municípios de população entre 20 mil a 100 mil habitantes, com IDH abaixo da média, população vivendo majoritariamente na zona urbana e desenvolvendo atividade terciária). Pela ordem de grandeza, temos ainda como destaque os grupos 77 e 86, no estudo representados, respectivamente, por Lontra e Itamarandiba, ambas de Minas Gerais, onde 19% da população é beneficiária. Como pode ser observado no Gráfico 4, dos 24 grupos da região, em 13 a percentagem não chega sequer a 10% e em outros 5 é inferior a 15%.

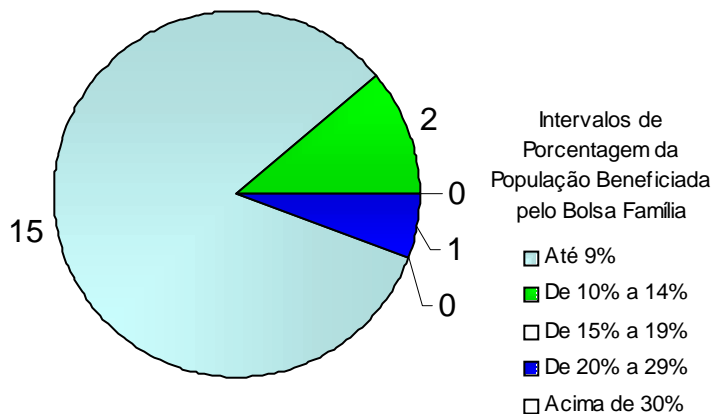
**Gráfico 5**  
**Sudeste - Número de Grupos de Municípios**  
**Distribuídos entre os Intervalos de Porcentagem da**  
**População que é Beneficiada pelo Bolsa Família**



Elaboração própria

Na região Sul, com raras exceções, o percentual da população beneficiária do Programa Bolsa Família é relativamente baixo, refletindo a situação sócio-econômica de sua população, conforme pode ser visto no Gráfico 6.

**Gráfico 6**  
**Sul - Número de Grupos de Municípios Distribuídos**  
**entre os Intervalos de Porcentagem da População**  
**que é Beneficiada pelo Bolsa Família**



Elaboração própria

Em resumo, observou-se que, na comparação entre as regiões, o número de beneficiários do Bolsa Família em relação ao total da população é significativamente mais elevado na região Nordeste do que junto aos municípios das demais regiões, em especial da região Sul. Esse resultado reflete, evidentemente, a desigualdade existente no país, que, entre outras manifestações, expressa-se na enorme diferença de renda entre as famílias das diferentes regiões, especialmente entre o Nordeste e o Sul.

Na amostra dos municípios do Nordeste, apenas o município de Camaçari, na Bahia, apresenta percentual da população beneficiária compatível com a região Sul (6%). Já na região Sul, destoando dos demais municípios, destacam-se Turvo, Grandes Rios e Prudentópolis, todos pertencentes ao Estado do Paraná, com 23%, 12% e 10% da população beneficiária do Bolsa Família, respectivamente. Para uma análise mais apurada sobre as diferenças entre as duas regiões, seria importante agregar o grau de cobertura do programa, isto é, para que diferenças decorrentes do processo de implantação não influenciassem os resultados.

Note-se que Camaçari pertence ao grupo 42, onde se situam apenas 3 municípios do Nordeste, todos eles com uma população de 100 mil a 500 mil, predominantemente urbana, com um IDH acima da média nacional e com a maioria de suas atividades econômicas desenvolvidas junto ao setor secundário. No caso de Turvo, o qual pertence ao grupo 99, onde também se situam apenas 3 municípios, a população de até 20 mil é rural, tem IDH abaixo da média nacional e desenvolve atividades predominantemente no setor secundário. Já o município de Grandes Rios, também localizado na região Sul, representando o grupo 100 que reúne 6 municípios, registra uma população até 20 mil habitantes que habitam, na maioria, na zona rural, apresenta IDH abaixo da média nacional e desenvolve atividades predominantemente junto ao setor terciário da economia. Prudentópolis, do grupo 111, representa 5 municípios rurais de 20 mil a 100 mil habitantes, com IDH acima da média nacional e que desenvolve atividades predominantemente junto ao setor primário<sup>4</sup>.

Ainda comparando-se regiões extremas, como Nordeste e Sul, verifica-se que na primeira, nos grupos de até 20 mil habitantes (grupos 20 a 29, abrangendo 1.016 municípios), é elevado o percentual da população total que se beneficia da transferência de renda realizada pelo programa (o menor percentual é de 13% em Timbaúba dos Batistas no Rio Grande do Norte, mas que se constitui no único, dos 1.016, com IDH acima da média nacional, seguido de Andorinha, na Bahia, com 18%, e o máximo sendo atingido em Várzea, no Pernambuco, com 45%). Já no Sul, os municípios de até 20 mil habitantes, que correspondem aos grupos 98 a 108 (o grupo 102 foi eliminado do estudo) e abrangem 801 municípios, afora as exceções dos grupos 99 (3 municípios), 100 (6) e 111 (5), aqui representados por Turvo, Grandes Rios e Prudentópolis, todos eles localizados no Paraná, com abrangência da população de 23%, 12% e 10%, nos demais os percentuais encontrados são bastante baixos.

---

<sup>4</sup> Para o acompanhamento do número de municípios que integra cada grupo, ver o Anexo 1. Para conhecimento de quais são os municípios pertencentes a cada grupo, ver o arquivo excel que acompanha o arquivo word.

## **O Bolsa Família e outros recursos**

A importância relativa do Bolsa Família fica também evidente quando se compara a outros indicadores. Iniciemos a análise pelas regiões extremas, isto é, Nordeste e Sul, como visto na parte anterior.

Em Pedra Branca, no Ceará (grupo 32), por exemplo, os recursos transferidos pelo Bolsa Família totalizam valor correspondente a 43% da Receita Disponível (receitas próprias mais as transferências constitucionais) do município; e em Vitória de Santo Antão, em Pernambuco, (grupo 39), a 40%. De maneira geral, verifica-se que, quanto menor for a Receita Disponível do município, maior será a importância relativa dos recursos transferidos pelo programa Bolsa Família. Em relação aos recursos federais, transferidos ao Sistema Único de Saúde, no município de Vitória de Santo Antão, o Bolsa Família chega a ser 283% maior que aqueles.

Novamente se deve lembrar o fato de que os municípios aqui citados estão espelhando a realidade de um grupo de municípios. Dessa forma, Pedra Branca (grupo 32) está aqui representando a situação de 57 municípios, cujas características foram listadas mais acima. Vitória de Santo Antão (grupo 39), aqui representa 4 municípios homogêneos quanto aos critérios definidos pela pesquisa. Nesse caso específico, todos são municípios localizados no Nordeste, com população de 100 mil a 500 mil localizados na sua maioria em zona urbana, com IDH abaixo da média e com atividade econômica predominante no setor secundário.

Na região Sul, onde a situação da renda da população é em geral bastante diferente da nordestina, tanto no nível quanto na sua distribuição, ainda assim resultados importantes podem ser apontados. Em Porto Alegre, do grupo 119, aqui representando Curitiba e a ele mesmo, 5% de sua população é beneficiada, recebendo recursos que equivalem a 2% da Receita Disponível, 6% das transferências federais para o SUS, 6% da arrecadação do ICMS e 31% dos recursos do FPM. Evidentemente que quanto mais desenvolvido o município, menor será o volume de recursos recebidos do FPM em relação a sua Receita Disponível, o que eleva a importância relativa dos recursos do Bolsa Família em termos percentuais. Pelo mesmo motivo, quanto mais desenvolvido o município, maior será sua arrecadação a título do ICMS e, portanto, menor a relação entre os recursos do Bolsa Família e as receitas desta transferência.

Na região Centro-Oeste, três grupos de municípios se destacam: 6, 8 e 16, representados por Divinópolis de Goiás (GO), Novo Horizonte do Norte (Mato Grosso) e Itupuranga (Goiás). Na parte anterior do estudo, relativa à abrangência do Bolsa Família vis-à-vis o total da população, esses municípios também foram objeto de atenção. Em Divinópolis de Goiás, os recursos transferidos a título do Programa Bolsa Família correspondem a 20% do ICMS, 7% dos recursos recebidos do

FPM e 58% das transferências federais para o SUS; em Novo Horizonte do Norte e em Itupuranga, a 15%, 5% e 26%, e a 32%, 14% e 42%, respectivamente.

Na região Sudeste, vários grupos chamam atenção. A título de exemplo citemos alguns. No Grupo 72 (88 municípios de até 20 mil habitantes, com IDH abaixo da média, com a maioria da população vivendo na zona rural e exercendo atividade junto ao setor primário, aqui representada por Água Branca, do Espírito Santo, os recursos do Bolsa Família representam 10% da arrecadação do ICMS, 10% também do Fundo de Participação dos Municípios e é 13 pontos percentuais maior do que o montante recebido pelo governo federal para uso no SUS. Já o grupo 74 (27 municípios de até 20 mil habitantes, com IDH abaixo da média nacional e população vivendo predominantemente na zona rural e ocupada junto ao setor terciário da economia), aqui representado por Gonzaga (Minas Gerais), as transferências do Bolsa Família representam 38% do ICMS, 9% do FPM e é 102% maior do que os recursos federais recebidos para uso no SUS.

O caso mais expressivo encontra-se no grupo 87, representado por Medina (Minas Gerais), onde o Bolsa Família é 35% superior à arrecadação do município com o ICMS, representa 30% do que recebe pelo FPM e 25% de sua receita disponível, e supera em 165% os recursos federais para o SUS.

De maneira geral, para o conjunto das regiões, quanto menos desenvolvido for o município, o que transparece na baixa transferência do ICMS, maior será a importância relativa do Programa Bolsa Família. Em alguns casos, sem que haja necessidade de maiores investigações, tal como em Medina, como a renda de quase 30% da população é garantida pela transferência de renda desse programa, não há dúvida de que esse programa é responsável por boa parte das atividades econômicas nele realizadas.

## **D – Resumo executivo**

Do ponto de vista da **população atingida**, destaca-se:

- a)** Por sua abrangência, o Bolsa Família constitui o mais importante programa de transferência de renda hoje existente no país. A pesquisa estimou que, em dezembro de 2003, levando-se em conta que cada grupo estudado representa um conjunto de municípios homogêneos, 16 milhões e 512 mil brasileiros era o número de beneficiários desse programa.
- b)** A imensa maioria da população beneficiária encontra-se na região Nordeste (69,1%), seguida da Sudeste (19,1%), da Norte (8,0%); da Centro-Oeste (2,4%) e da Sul (1,4%).

c) Como esperado, o percentual da população total dos **municípios nordestinos**, beneficiária do Bolsa Família mostrou-se bastante elevado, variando de 13% a 45%. Apenas 3 municípios, pertencente ao grupo 42 (3 municípios), no estudo representado por Camaçari, na Bahia, registra percentual fora desse intervalo (6%), compatível com o observado na região Sul. Os municípios do grupo 42 têm de 100 mil a 500 mil habitantes, IDH acima da média, população praticamente vivendo toda ela na zona urbana (95%) e atividade econômica predominante no setor secundário. Além disso, Camaçari constitui pólo petroquímico nacional.

d) Em dois grupos de municípios da região Nordeste, a população beneficiária da transferência de renda do Bolsa Família equivale a 45% da população. O primeiro é o grupo 25, do qual pertence Várzea (PE), onde estão classificados 288, com população até 20 mil e urbana, com IDH abaixo da média nacional e com atividade econômica predominantemente no setor terciário. O segundo grupo, é o de número 32, onde Pedra Branca (CE) é a referência. Nele se encaixam 57 municípios, com população de 20 a 100 mil, localizada mais na zona rural, com um IDH abaixo da média nacional e cujas atividades econômicas são predominantemente realizadas no setor terciário.

e) O resultado observado na região Nordeste é, antes de tudo, reflexo da situação de pobreza em que vivem os habitantes de seus municípios, mas também do fato do Bolsa Família nela ter se iniciado, certamente contemplando um conjunto significativo das famílias necessitadas.

Dessa forma, a importância assumida pelo Bolsa Família no Nordeste, não encontra paralelo nas demais regiões. Isso não significa, entretanto, que nas demais não se encontrem grupos de municípios onde parcela significativa da população seja beneficiária desse programa. Exemplo disso ocorre em Itaguatins (Tocantins), município pertencente ao grupo 50 (onde estão agrupados 56 municípios de até 20 mil habitantes da região Norte, com IDH abaixo da média, com população predominantemente urbana e que desenvolve atividade econômica terciária), onde 38% de sua população é beneficiária do Bolsa Família.

f) Na **região Norte** encontra-se tanto grupos de municípios com percentual da população beneficiária extremamente baixo como alto. Exemplos disso são: o grupo 63 (5 municípios), no estudo representado por São Félix do Xingu (Pará), onde a população beneficiária equivale apenas a 1% da população total; e os grupos 50 e 47, no estudo representados por Itaguatins e Esperantina, ambos no Tocantins, onde a população beneficiária é superior a 30% do total da população.

g) Ainda na região Norte, em 7 grupos (46, 56, 59, 62, 66, 67 e 69) o Bolsa Família beneficia mais de 20% da população dos municípios, mas no extremo oposto, em 6 grupos (45, 48, 51, 57, 63 e 68) o percentual é inferior a 10%, **sugerindo que o programa ainda não atingiu toda a região de forma equitativa.**

**h)** os baixos percentuais sugerem, ainda que o programa ainda **não atingiu toda a sua população alvo**, mas no caso de São Félix do Xingu, é preciso se levar em conta que se trata de município de 20 mil a 100 mil habitantes, com IDH acima da média nacional, cuja maioria de sua população habita na zona rural e desenvolve atividade predominantemente primária.

**i) na região Sudeste**, a participação dos beneficiários no total da população varia muito. O maior percentual foi registrado em Medina (29%), em Minas Gerais (grupo 87, com 17 municípios de população entre 20 mil a 100 mil habitantes, com IDH abaixo da média, população vivendo majoritariamente na zona urbana e desenvolvendo atividade terciária). Pela ordem de grandeza, temos ainda os grupos 77 e 86, no estudo representados, respectivamente, por Lontra e Itamarandiba, ambas de Minas Gerais, onde 19% da população é beneficiária. Dos 24 grupos da região, em 13 a percentagem não chega sequer a 10% e em outros 5 é inferior a 15%.

**j) na região Sul**, com raras exceções, o percentual da população beneficiária do Programa Bolsa Família é relativamente baixo, refletindo a situação sócio-econômica de sua população.

**k)** destoando dos demais municípios da região Sul, destacam-se Turvo, Grandes Rios e Prudentópolis, todos pertencentes ao Estado do Paraná, com 23%, 12% e 10% da população beneficiária do Bolsa Família, respectivamente. Turvo (grupo 99, com três municípios) tem as seguintes características: população de até 20 mil que habita na maioria na zona rural, tem IDH abaixo da média nacional e desenvolve atividades predominantemente no setor secundário. Grandes Rios (grupo 100, com 6 municípios) registra uma população até 20 mil habitantes que habitam, na maioria, na zona rural, apresenta IDH abaixo da média nacional e desenvolve atividades predominantemente junto ao setor terciário da economia. Prudentópolis (grupo 111, com 5 municípios) todos rurais de 20 mil a 100 mil habitantes, com IDH acima da média nacional e que desenvolve atividade predominantemente junto ao setor primário.

**l) Comparando regiões** - o número de beneficiários do Bolsa Família em relação ao total da população é significativamente mais elevado na região Nordeste do que junto aos municípios das demais regiões, em especial da região Sul. Esse resultado reflete, evidentemente, a desigualdade existente no país, que, entre outras manifestações, expressa-se na enorme diferença de renda entre as famílias das diferentes regiões, especialmente entre o Nordeste e o Sul. **Mas**, para uma análise mais apurada sobre as diferenças entre as duas regiões, seria importante agregar o grau de cobertura do programa, isto é, para que diferenças decorrentes do processo de implantação não influenciassem os resultados.

**m)** Ainda comparando-se regiões extremas, como Nordeste e Sul.

- NE: nos grupos de até 20 mil habitantes (grupos 20 a 29, abrangendo 1.016 municípios), é elevado o percentual da população total que se beneficia da transferência de renda realizada

pelo programa (o menor percentual é de 13% em Timbaúba dos Batistas no Rio Grande do Norte, mas que se constitui no único, dos 1.016, com IDH acima da média nacional, seguido de Andorinha, na Bahia, com 18%, e o máximo sendo atingido em Várzea, no Pernambuco, com 45%).

- Sul, os municípios de até 20 mil habitantes, que correspondem aos grupos 98 a 108 (o grupo 102 foi eliminado do estudo) e abrangem 801 municípios, afora as exceções dos grupos 99 (3 municípios), 100 (6) e 111 (5), aqui representados por Turvo, Grandes Rios e Prudentópolis, todos eles localizados no Paraná, com abrangência da população de 23%, 12% e 10%, nos demais os percentuais encontrados são bastante baixos.

### **Do ponto de vista da importância dos recursos transferidos**

**a) no Nordeste** - De maneira geral, verifica-se que, quanto menor for a Receita Disponível do município, maior será a importância relativa dos recursos transferidos pelo programa Bolsa Família. Por isso há casos como os de Pedra Branca (CE, grupo 32, com 57 municípios) os recursos do Bolsa Família correspondem a 43% da Receita Disponível (receitas próprias mais as transferências constitucionais) do município; e de Vitória de Santo Antão (PE, grupo 39, com 4 municípios), a 40%. Em relação aos recursos federais, transferidos ao Sistema Único de Saúde, no município de Vitória de Santo Antão, o Bolsa Família chega a ser 283% maior que aqueles.

**b) no Sul** – embora a situação da renda da população seja em geral bastante diferente da nordestina, tanto no nível quanto na sua distribuição, ainda assim resultados importantes foram encontrados. Em Porto Alegre (grupo 119, ao qual também pertence Curitiba, 5% de sua população é beneficiada, recebendo recursos que equivalem a 2% da Receita Disponível, 6% das transferências federais para o SUS, 6% da arrecadação do ICMS e 31% dos recursos do FPM. Evidentemente que quanto mais desenvolvido o município, menor será o volume de recursos recebidos do FPM em relação a sua Receita Disponível, o que eleva a importância relativa dos recursos do Bolsa Família em termos percentuais. Pelo mesmo motivo, quanto mais desenvolvido o município, maior será sua arrecadação a título do ICMS e, portanto, menor a relação entre os recursos do Bolsa Família e as receitas desta transferência.

c) Na região Centro-Oeste, destacam-se três grupos de municípios (6, 8 e 16), representados no estudo por Divinópolis de Goiás (GO), Novo Horizonte do Norte (Mato Grosso) e Itupuranga (Goiás). Como visto anteriormente, é elevado o percentual da população desses municípios que é beneficiária do Bolsa Família. Sendo assim, não é de estranhar que em Divinópolis de Goiás, esses recursos correspondem a 20% do ICMS, 7% dos recursos recebidos do FPM e 58% das transferências federais para o SUS; em Novo Horizonte do Norte e em Itupuranga, a 15%, 5% e 26%, e a 32%, 14% e 42%, respectivamente.

**d) Na região Sudeste**, vários grupos chamam atenção. Exemplos deles: em Água Branca (ES, do Grupo 72, com 88 municípios de até 20 mil habitantes, com IDH abaixo da média, com a maioria da população vivendo na zona rural e exercendo atividade junto ao setor primário) os recursos do Bolsa Família representam 10% da arrecadação do ICMS, 10% também do FPM e é 13 pontos percentuais maior do que a transferência federal para uso no SUS. Já em Gonzaga (MG, do grupo 74, com 27 municípios de até 20 mil habitantes, com IDH abaixo da média nacional e população vivendo predominantemente na zona rural e ocupada junto ao setor terciário da economia) as transferências do Bolsa Família representam 38% do ICMS, 9% do FPM e é 102% maior do que os recursos federais recebidos para uso no SUS. E ainda em Medina (MG, do grupo 87), o Bolsa Família é 35% superior à arrecadação do município com o ICMS, representa 30% do que recebe pelo FPM e 25% de sua receita disponível, e supera em 165% os recursos federais para o SUS.

e) De maneira geral, para o conjunto das regiões, quanto menos desenvolvido for o município, o que transparece na baixa transferência do ICMS, maior será a importância relativa do Programa Bolsa Família. Em alguns casos, sem que haja necessidade de maiores investigações, tal como em Medina, como a renda de quase 30% da população é garantida pela transferência de renda desse programa, não há dúvida de que esse programa é responsável por boa parte das atividades econômicas nele realizadas.

**Tabela 1 - Características dos municípios**

Grupo	Município	Beneficiários		Transferência anualizada (R\$)	População			IDH-M <sup>2</sup>	Atividade econômica <sup>3</sup>	Pessoas / família <sup>4</sup>
		Nº Famílias em 07/2004	Nº de Pessoas <sup>1</sup>		Total	Rural %	Urbana %			
<b>Centro-Oeste</b>										
1	Porto Esperidião - MT	129	535	116.880	9.996	65	35	Abaixo	Primário	4,15
4	Tacuru - MS	148	564	135.360	8.717	50	50	Abaixo	Primário	3,81
6	Divinópolis de Goiás - GO	140	535	130.200	5.172	42	58	Abaixo	Terciário	3,82
7	Santa Rita do Pardo - MS	183	697	127.740	6.640	51	49	Acima	Primário	3,81
8	Novo Horizonte do Norte - MT	117	486	96.480	3.511	58	42	Acima	Terciário	4,15
9	Edéia - GO	132	504	101.880	10.223	21	79	Acima	Primário	3,82
10	Juruena - MT	104	432	94.980	5.448	31	69	Acima	Secundário	4,15
11	Mundo Novo - MS	212	808	158.280	15.669	13	87	Acima	Terciário	3,81
14	Ivinhema - MS	390	1.486	262.260	21.643	30	70	Acima	Primário	3,81
15	Senador Canedo - GO	174	665	154.320	53.105	5	95	Acima	Secundário	3,82
16	Itapuranga - GO	726	2.773	626.100	26.740	26	74	Acima	Terciário	3,82
18	Rio Verde - GO	1.963	7.499	1.495.320	116.552	9	91	Acima	Terciário	3,82
19	Brasília - DF	2.057	8.002	1.726.620	2.051.146	4	96	Acima	Terciário	3,89

**Tabela 1 - Características dos municípios - continuação**

Grupo	Município	Beneficiários		Transferência anualizada (R\$)	População			IDH-M <sup>2</sup>	Atividade econômica <sup>3</sup>	Pessoas / família <sup>4</sup>
		Nº Famílias em 07/2004	Nº de Pessoas <sup>1</sup>		Total	Rural %	Urbana %			
<b>Nordeste</b>										
20	Ibirajuba - PE	413	1.755	356.100	7.438	67	33	Abaixo	Primário	4,25
21	Pacatuba - SE	764	3.362	724.620	11.536	78	22	Abaixo	Secundário	4,4
22	Andorinha - BA	638	2.833	458.028	15.774	73	27	Abaixo	Terciário	4,44
23	Itarantim - BA	1.130	5.017	934.740	16.923	23	77	Abaixo	Primário	4,44
24	Acarapé - CE	922	4.112	839.100	12.927	46	54	Abaixo	Secundário	4,46
25	Várzea - PB	206	921	160.800	2.051	32	68	Abaixo	Terciário	4,47
29	Timbaúba dos Batistas - RN	67	283	54.240	2.189	24	76	Acima	Terciário	4,22
30	Esperantinópolis - MA	1.470	6.894	1.317.600	21.224	54	46	Abaixo	Primário	4,69
31	Lagarto - SE	3.117	13.715	2.974.020	83.334	51	49	Abaixo	Secundário	4,4
32	Pedra Branca - CE	4.088	18.232	3.504.600	40.742	57	43	Abaixo	Terciário	4,46
33	Entre Rios - BA	1.079	4.791	979.020	37.513	39	61	Abaixo	Primário	4,44
34	Ribeirão - PE	2.328	9.894	1.981.500	41.449	28	72	Abaixo	Secundário	4,25
35	Iaçu - BA	1.983	8.805	1.793.340	28.501	24	76	Abaixo	Terciário	4,44
37	Catu - BA	1.651	7.330	1.391.760	46.731	19	81	Acima	Secundário	4,44
38	Santo Antônio de Jesus - BA	2.481	11.016	2.180.640	77.368	14	86	Acima	Terciário	4,44
39	Vitória de Santo Antão - PE	4.187	17.795	3.654.660	117.609	16	84	Abaixo	Secundário	4,25
40	Caxias - MA	6.648	31.179	6.290.940	139.756	26	74	Abaixo	Terciário	4,69
42	Camaçari - BA	2.342	10.398	1.729.920	161.727	5	95	Acima	Secundário	4,44
43	Caucaia - CE	12.940	57.712	10.186.020	250.479	10	90	Acima	Terciário	4,46
44	Salvador - BA	81.769	363.054	60.764.700	2.443.107	0	100	Acima	Terciário	4,44

**Tabela 1 - Características dos municípios - continuação**

Grupo	Município	Beneficiários		Transferência anualizada (R\$)	População			IDH-M <sup>2</sup>	Atividade econômica <sup>3</sup>	Pessoas / família <sup>4</sup>
		Nº Famílias em 07/2004	Nº de Pessoas		Total	Rural %	Urbana %			
<b>Norte</b>										
45	Trairão - PA	287	1.231	255.240	14.042	79	21	Abaixo	Primário	4,29
46	Santa Bárbara do Pará - PA	632	2.711	551.640	11.378	65	35	Abaixo	Secundário	4,29
47	Esperantina - TO	562	2.450	554.160	7.623	53	47	Abaixo	Terciário	4,36
48	Ananás - TO	65	283	55.920	10.512	20	80	Abaixo	Primário	4,36
49	Almas - TO	373	1.626	351.600	8.474	34	66	Abaixo	Secundário	4,36
50	Itaguatins - TO	562	2.450	507.600	6.386	49	51	Abaixo	Terciário	4,36
51	Vale do Paraíso - RO	86	347	83.580	9.863	81	19	Acima	Primário	4,03
53	Senador Guimard - AC	469	2.054	390.960	19.761	56	44	Acima	Terciário	4,38
54	Itaporã do Tocantins - TO	112	488	97.500	2.522	38	62	Acima	Primário	4,36
56	Alvorada - TO	426	1.857	391.680	8.508	8	92	Acima	Terciário	4,36
57	Irlanduba - AM	331	1.513	329.460	32.303	69	31	Abaixo	Primário	4,57
58	Breu Branco - PA	1.349	5.787	1.373.340	32.446	51	49	Abaixo	Secundário	4,29
59	Tapauá - AM	987	4.511	970.200	20.595	54	46	Abaixo	Terciário	4,57
60	Santana do Araguaia - PA	1.307	5.607	1.066.740	31.218	44	56	Abaixo	Primário	4,29
62	Cruzeiro do Sul - AC	3.262	14.288	2.929.260	67.441	42	58	Abaixo	Terciário	4,38
63	São Félix do Xingu - PA	111	476	102.780	34.621	64	36	Acima	Primário	4,29
65	Curuçá - PA	1.016	4.359	962.820	26.160	62	38	Acima	Terciário	4,29
66	Tucumã - PA	1.181	5.066	1.087.620	25.309	35	65	Acima	Primário	4,29
67	Parauapebas - PA	3.309	14.196	2.954.460	71.568	17	83	Acima	Secundário	4,29
68	Pimenta Bueno - RO	532	2.144	462.060	31.752	17	83	Acima	Terciário	4,03
69	Abaetetuba - PA	6.406	27.482	6.372.480	119.152	41	59	Acima	Terciário	4,29

**Tabela 1 - Características dos municípios - continuação**

Grupo	Município	Beneficiários		Transferência anualizada (R\$)	População			IDH-M <sup>2</sup>	Atividade econômica <sup>3</sup>	Pessoas / família <sup>4</sup>
		Nº Famílias em 07/2004	Nº de Pessoas <sup>1</sup>		Total	Rural %	Urbana %			
<b>Sudeste</b>										
72	Águia Branca - ES	279	1.102	262.380	9.599	76	24	Abaixo	Primário	3.95
74	Gonzaga - MG	180	716	180.300	5.713	53	47	Abaixo	Terciário	3.98
75	Carmésia - MG	92	366	89.520	2.246	49	51	Abaixo	Primário	3.98
76	Belo Oriente - MG	741	2.949	634.680	19.516	17	83	Abaixo	Secundário	3.98
77	Lontra - MG	371	1.477	327.960	7.640	35	65	Abaixo	Terciário	3.98
78	Claraval - MG	48	191	39.000	4.242	51	49	Acima	Primário	3.98
79	São Bento do Sapucaí - SP	129	494	98.820	10.355	55	45	Acima	Secundário	3.83
80	Wenceslau Braz - MG	69	275	59.940	2.596	54	46	Acima	Terciário	3.98
81	Guarani d'Oeste - SP	31	119	26.460	2.006	14	86	Acima	Primário	3.83
82	Roseira - SP	114	437	106.620	8.577	7	93	Acima	Secundário	3.83
83	Bom Jesus dos Perdões - SP	60	230	54.060	13.313	16	84	Acima	Terciário	3.83
84	Minas Novas - MG	910	3.622	866.820	30.646	75	25	Abaixo	Primário	3.98
85	Monte Azul - MG	973	3.873	882.060	23.832	52	48	Abaixo	Terciário	3.98
86	Itamarandiba - MG	1.422	5.660	1.350.480	29.400	40	60	Abaixo	Primário	3.98
87	Medina - MG	1.552	6.177	1.351.080	21.641	33	67	Abaixo	Terciário	3.98
88	Domingos Martins - ES	178	703	145.200	30.559	81	19	Acima	Primário	3.95
90	Piedade - SP	585	2.241	503.580	50.131	56	44	Acima	Terciário	3.83
91	Patrocínio - MG	1.175	4.677	905.640	73.130	14	86	Acima	Primário	3.98
92	Cajati - SP	932	3.570	931.980	29.227	28	72	Acima	Secundário	3.83
93	Nanuque - MG	748	2.977	652.380	41.619	9	91	Acima	Terciário	3.98
94	Indaiatuba - SP	323	1.237	234.720	147.050	2	98	Acima	Secundário	3.83
95	Ribeirão das Neves - MG	4.404	17.528	3.333.600	246.846	1	99	Acima	Terciário	3.98
96	São Bernardo do Campo - SP	6.996	26.795	5.672.400	703.177	2	98	Acima	Secundário	3.83
97	Santo André - SP	5.141	19.690	4.349.400	649.331	0	100	Acima	Terciário	3.83

**Tabela 1 - Características dos municípios - continuação**

Grupo	Município	Beneficiários		Transferência anualizada (R\$)	População			IDH-M <sup>2</sup>	Atividade econômica <sup>3</sup>	Pessoas / família <sup>4</sup>
		Nº Famílias em 07/2004	Nº de Pessoas <sup>1</sup>		Total	Rural %	Urbana %			
<b>Sul</b>										
98	Ramilândia - PR	29	110	25.320	3.868	55	45	Abaixo	Primário	3.81
99	Turvo - PR	883	3.364	765.600	14.530	71	29	Abaixo	Secundário	3.81
100	Grandes Rios - PR	251	956	229.860	7.868	52	48	Abaixo	Terciário	3.81
101	Campo do Tenente - PR	128	488	99.000	6.335	46	54	Abaixo	Primário	3.81
103	São Valério do Sul - RS	38	139	35.520	2.625	82	18	Acima	Primário	3.65
104	Presidente Lucena - RS	4	15	3.420	2.069	53	47	Acima	Secundário	3.65
105	Gravatal - SC	74	277	56.460	10.799	64	36	Acima	Terciário	3.74
106	Florestópolis - PR	96	366	49.860	12.190	16	84	Acima	Primário	3.81
107	Siderópolis - SC	104	389	78.000	12.082	25	75	Acima	Secundário	3.74
108	Jardim Olinda - PR	31	118	28.020	1.523	35	65	Acima	Terciário	3.81
109	Reserva - PR	63	240	66.240	23.977	60	40	Abaixo	Primário	3.81
111	Prudentópolis - PR	1.169	4.454	987.420	46.346	61	39	Acima	Primário	3.81
114	Fraiburgo - SC	545	2.038	503.460	32.948	16	84	Acima	Primário	3.74
115	Indaial - SC	362	1.354	276.540	40.194	5	95	Acima	Secundário	3.74
116	Rosário do Sul - RS	237	865	205.500	41.058	12	88	Acima	Terciário	3.65
117	Jaraguá do Sul - SC	639	2.390	422.700	108.489	11	89	Acima	Secundário	3.74
118	Bagé - RS	2.624	9.578	2.074.740	118.767	18	82	Acima	Terciário	3.65
119	Porto Alegre - RS	20.433	74.580	16.586.160	1.360.590	3	97	Acima	Terciário	3.65

1 - nº famílias beneficiárias \* tamanho médio da família

107.103

2 - No Estado a que pertence o município

3 - SIOPS (Sistema de Informações sobre o Orçamento Público em Saúde)- 2003

4 - STN (Secretaria do Tesouro Nacional) 2003

**Tabela 2 - A importância relativa do Bolsa Família**

Grupo	Município	Receita Disponível <sup>4</sup>	SUS - transferências federais <sup>4</sup>	FPM <sup>5</sup>	ICMS <sup>5</sup>	BF/	BF/SUS	BF/	BF/	Beneficiários /
						rec.dispon.	transf. fed.	ICMS	FPM	população total
						%	%	%	%	%
<b>Centro-Oeste</b>										
1	Porto Esperidião - MT	6.483.994	438.909	2.309.010	3.044.833	2	27	4	5	5
4	Tacuru - MS	4.747.811	553.814	2.569.403	1.580.641	3	24	9	5	6
6	Divinópolis de Goiás - GO	2.780.753	226.128	1.916.514	641.166	5	58	20	7	10
7	Santa Rita do Pardo - MS	8.939.711	146.989	2.188.284	3.922.064	1	87	3	6	11
8	Novo Horizonte do Norte - MT	3.138.838	366.049	2.128.727	641.328	3	26	15	5	14
9	Edéia - GO	6.749.885	484.185	2.555.410	3.152.733	2	21	3	4	5
10	Juruena - MT	3.480.431	953.377	1.732.087	1.171.006	3	10	8	5	8
11	Mundo Novo - MS	7.864.042	535.273	5.138.909	1.878.181	2	30	8	3	5
14	Ivinhema - MS	9.247.850	1.783.822	5.138.689	2.875.170	3	15	9	5	7
15	Senador Canedo - GO	38.931.609	4.111.675	7.026.763	28.932.175	0,4	4	1	2	1
16	Itapuranga - GO	7.739.425	1.499.406	4.549.322	1.983.701	8	42	32	14	10
18	Rio Verde - GO	67.252.521	12.445.777	10.859.791	34.448.100	2	12	4	14	6
19	Brasília - DF	4.449.578.172	685.580.335	149.876.593	2.219.995.936	0,04	0,3	0,1	1	0,4

**Tabela 2 - A importância relativa do Bolsa Família - continuação**

Grupo	Município	Receita Disponível <sup>4</sup>	SUS - transferências federais <sup>4</sup>	FPM <sup>5</sup>	ICMS <sup>5</sup>	BF/	BF/SUS	BF/	BF/	Beneficiários /
						rec.dispon.	transf. fed.	ICMS	FPM	população total
						%	%	%	%	%
<b>Nordeste</b>										
20	Ibirajuba - PE	2.772.001	392.153	2.350.532	307.603	13	91	116	15	24
21	Pacatuba - SE	4.774.116	553.651	7.996.084	5.808.348	15	131	12	9	29
22	Andorinha - BA	5.543.360	279.018	3.599.922	1.558.408	8	164	29	13	18
23	Itarantim - BA	5.309.418	1.184.353	3.599.545	1.401.288	18	79	67	26	30
24	Acarapé - CE	4.881.860	529.491	2.907.776	1.781.898	17	158	47	29	32
25	Várzea - PB	2.382.104	122.042	2.012.508	286.208	7	132	56	8	45
29	Timbaúba dos Batistas - RN	2.306.607	115.833	2.052.689	221.369	2	47	25	3	13
30	Esperantinópolis - MA	5.839.549	1.547.168	6.727.171	128.658	23	85	1024	20	32
31	Lagarto - SE	14.879.859	5.690.500	9.543.750	3.706.662	20	52	80	31	16
32	Pedra Branca - CE	8.092.003	3.101.097	6.542.394	1.126.327	43	113	311	54	45
33	Entre Rios - BA	15.343.795	889.155	6.359.701	7.193.181	6	110	14	15	13
34	Ribeirão - PE	9.113.108	953.401	6.379.046	2.215.840	22	208	89	31	24
35	Iaçu - BA	7.164.500	929.409	4.908.432	1.565.483	25	193	115	37	31
37	Catu - BA	14.436.082	4.298.773	6.871.763	3.758.065	10	32	37	20	16
38	Santo Antônio de Jesus - BA	17.988.779	3.344.161	9.186.944	4.912.483	12	65	44	24	14
39	Vitória de Santo Antão - PE	9.113.108	953.401	11.752.046	8.386.491	40	383	44	31	15
40	Caxias - MA	21.319.750	16.332.770	14.426.422	1.576.161	30	39	399	44	22
42	Camaçari - BA	217.119.188	12.541.675	24.673.457	139.345.540	1	14	1	7	6
43	Caucaia - CE	52.730.467	10.554.665	29.175.887	12.634.599	19	97	81	35	23
44	Salvador - BA	836.366.189	51.733.039	164.857.883	234.501.793	7	117	26	37	15

**Tabela 2 - A importância relativa do Bolsa Família - continuação**

Grupo	Município	Receita Disponível <sup>4</sup>	SUS - transferências federais <sup>4</sup>	FPM <sup>5</sup>	ICMS <sup>5</sup>	BF/	BF/SUS	BF/	BF/	Beneficiários /
						rec.dispon.	transf. fed.	ICMS	FPM	população total
						%	%	%	%	%
<b>Norte</b>										
45	Trairão - PA	4.456.520	309.368	3.005.627	1.067.815	6	83	24	8	9
46	Santa Bárbara do Pará - PA	3.458.465	667.053	2.405.742	802.069	16	83	69	23	24
47	Esperantina - TO	1.749.731	628.112	1.522.857	146.441	32	88	378	36	32
48	Ananás - TO	2.330.228	285.224	2.030.475	1.488.365	2	20	4	3	3
49	Almas - TO	2.194.744	518.588	1.522.857	381.286	16	68	92	23	19
50	Itaguatins - TO	2.353.306	260.891	1.912.652	237.849	22	195	213	27	38
51	Vale do Paraíso - RO	2.899.340	495.358	1.524.079	1.190.075	3	17	7	5	4
53	Senador Guiomard - AC	5.247.908	619.012	3.127.571	1.818.128	7	63	22	13	10
54	Itaporã do Tocantins - TO	2.130.086	204.408	1.522.857	502.577	5	48	19	6	19
56	Alvorada - TO	3.640.281	369.580	1.673.514	1.557.728	11	106	25	23	22
57	Irlanduba - AM	7.980.178	1.205.308	4.359.933	3.277.190	4	27	10	8	5
58	Breu Branco - PA	8.398.368	993.424	4.808.799	2.563.642	16	138	54	29	18
59	Tapauá - AM	8.011.990	1.240.394	4.926.620	3.780.829	12	78	26	20	22
60	Santana do Araguaia - PA	8.854.232	2.318.770	4.811.609	3.035.449	12	46	35	22	18
62	Cruzeiro do Sul - AC	13.359.053	2.096.548	6.777.790	5.193.296	22	140	56	43	21
63	São Félix do Xingu - PA	13.037.322	3.387.237	6.613.439	4.582.168	1	3	2	2	1
65	Curuçá - PA	5.221.444	648.167	4.212.078	801.552	18	149	120	23	17
66	Tucumã - PA	21.874.763	2.711.141	8.266.147	10.610.468	5	40	10	13	20
67	Parauapebas - PA	83.876.129	6.278.930	7.820.077	48.443.606	4	47	6	38	20
68	Pimenta Bueno - RO	11.515.072	3.214.408	4.930.413	4.720.561	4	14	10	9	7
69	Abaetetuba - PA	83.876.129	6.278.930	10.221.008	2.349.196	8	101	271	62	23

**Tabela 2 - A importância relativa do Bolsa Família - continuação**

Grupo	Município	Receita Disponível <sup>4</sup>	SUS - transferências federais <sup>4</sup>	FPM <sup>5</sup>	ICMS <sup>5</sup>	BF/	BF/SUS	BF/	BF/	Beneficiários /
						rec.dispon.	transf. fed.	ICMS	FPM	população total
						%	%	%	%	%
<b>Sudeste</b>										
72	Águia Branca - ES	5.605.957	231.676	2.512.739	2.679.052	5	113	10	10	11
74	Gonzaga - MG	2.617.346	176.053	1.963.937	470.476	7	102	38	9	13
75	Carmésia - MG	3.047.036	208.710	2.037.597	705.085	3	43	13	4	16
76	Belo Oriente - MG	31.532.400	585.193	4.075.307	20.941.360	2	108	3	16	15
77	Lontra - MG	2.518.560	211.300	2.036.783	393.415	13	155	83	16	19
78	Claraval - MG	3.778.631	117.855	2.036.783	1.350.825	1	33	3	2	5
79	São Bento do Sapucaí - SP	4.913.291	193.578	2.638.372	1.340.535	2	51	7	4	5
80	Wenceslau Braz - MG	2.433.088	43.365	2.037.637	333.306	2	138	18	3	11
81	Guarani d'Oeste - SP	2.728.893	163.466	1.931.560	670.485	1	16	4	1	6
82	Roseira - SP	4.117.390	153.120	1.950.065	1.230.000	3	70	9	5	5
83	Bom Jesus dos Perdões - SP	7.904.442	544.359	3.297.633	1.871.293	1	10	3	2	2
84	Minas Novas - MG	7.503.912	725.854	5.431.091	1.437.108	12	119	60	16	12
85	Monte Azul - MG	6.445.265	878.163	5.214.769	817.186	14	100	108	17	16
86	Itamarandiba - MG	7.250.383	1.154.024	4.888.481	1.624.001	19	117	83	28	19
87	Medina - MG	5.954.675	509.834	4.562.692	997.838	23	265	135	30	29
88	Domingos Martins - ES	14.591.469	1.268.503	5.324.276	7.200.812	1	11	2	3	2
90	Piedade - SP	19.151.120	823.566	7.256.089	5.845.998	3	61	9	7	4
91	Patrocínio - MG	26.621.077	6.040.274	8.835.373	10.653.820	3	15	9	10	6
92	Cajati - SP	18.605.479	609.537	4.683.690	11.287.656	5	153	8	20	12
93	Nanuque - MG	12.279.963	2.908.244	6.192.369	3.176.842	5	22	21	11	7
94	Indaiatuba - SP	109.911.656	10.036.140	16.705.288	38.571.473	0.2	2	1	1	1
95	Ribeirão das Neves - MG	33.244.950	11.530.249	19.434.215	7.643.151	10	29	44	17	7
96	São Bernardo do Campo - SP	711.315.791	32.703.134	16.705.780	331.292.559	1	17	2	34	4
97	Santo André - SP	404.850.898	33.647.161	16.844.914	151.950.401	1	13	3	26	3

**Tabela 2 - A importância relativa do Bolsa Família - continuação**

Grupo	Município	Receita Disponível <sup>4</sup>	SUS - transferências federais <sup>4</sup>	FPM <sup>5</sup>	ICMS <sup>5</sup>	BF/	BF/SUS	BF/	BF/	Beneficiários /
						rec.dispon.	transf. fed.	ICMS	FPM	população total
						%	%	%	%	%
<b>Sul</b>										
98	Ramilândia - PR	3.186.510	155.007	2.150.431	849.702	1	16	3	1	3
99	Turvo - PR	7.231.541	560.898	3.455.500	2.948.816	11	136	26	22	23
100	Grandes Rios - PR	3.808.557	260.431	2.827.392	709.217	6	88	32	8	12
101	Campo do Tenente - PR	3.778.545	324.798	2.150.431	1.176.673	3	30	8	5	8
103	São Valério do Sul - RS	2.490.723	360.316	1.815.042	561.481	1	10	6	2	5
104	Presidente Lucena - RS	2.726.760	23.952	1.814.910	729.326	0	14	0	0	1
105	Gravatal - SC	4.086.753	496.805	2.381.986	1.046.860	1	11	5	2	3
106	Florestópolis - PR	4.551.359	394.245	2.827.193	1.248.120	1	13	4	2	3
107	Siderópolis - SC	7.690.440	492.706	2.571.578	4.167.905	1	16	2	3	3
108	Jardim Olinda - PR	2.793.501	104.613	2.150.431	447.247	1	27	6	1	8
109	Reserva - PR	8.878.510	813.379	5.017.269	2.527.986	1	8	3	1	1
111	Prudentópolis - PR	15.160.355	790.621	6.596.649	5.456.170	7	125	18	15	10
114	Fraiburgo - SC	16.814.870	754.679	5.031.931	9.067.223	3	67	6	10	6
115	Indaial - SC	21.783.894	1.378.435	5.360.214	10.528.473	1	20	3	5	3
116	Rosário do Sul - RS	14.838.054	726.045	5.512.366	7.085.518	1	28	3	4	2
117	Jaraguá do Sul - SC	82.916.316	9.656.508	9.528.578	48.449.680	1	4	1	4	2
118	Bagé - RS	36.240.557	2.592.325	10.286.287	13.207.859	6	80	16	20	8
119	Porto Alegre - RS	983.402.414	267.452.694	53.138.410	276.036.406	2	6	6	31	5

1 - nº famílias beneficiárias \* tamanho médio da família

2 - No Estado a que pertence o município

3 - SIOPS (Sistema de Informações sobre o Orçamento Público em Saúde)- 2003

4 - STN (Secretaria do Tesouro Nacional) 2003

## **Bibliografia**

POCHMANN, M.; CAMPOS, A. ; BARBOSA, A . et all. “Atlas da Exclusão Social, volume 3: Os Ricos no Brasil”. São Paulo: Cortez, 2004.

INSTITUTO CIDADANIA, Projeto Fome Zero: uma Proposta de Segurança Alimentar para o Brasil. São Paulo, outubro de 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA – FGV – [www.ibre.fgv.br](http://www.ibre.fgv.br) - acesso em 29 de julho de 2001.

INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS APLICADAS - [www.ipeadata.gov.br](http://www.ipeadata.gov.br) - acesso em várias datas.

SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL - [www.tesouro.fazenda.gov.br/](http://www.tesouro.fazenda.gov.br/) - acesso em várias datas.

SISTEMA DE INFORMAÇÕES SOBRE O ORÇAMENTO PÚBLICO EM SAÚDE - <http://siops.datasus.gov.br/indicadores> - acesso em várias datas.

## ANEXO I

Região	População			1º ano	2º ano	3º ano			
Centro-Oeste	ATÉ 20 MIL	ABAIXO	48	RURAL	25	22	1	2	
			URBANO	23	11	1	11		
		ACIMA	277	RURAL	35	32		3	
			URBANO	242	171	11	60		
		20 A 100 MIL	ABAIXO	2	RURAL	0			
				URBANO	2	1		1	
	ACIMA	68	RURAL	0					
		URBANO	68	24	6	38			
	100 A 500 MIL	ABAIXO	0	RURAL	0				
			URBANO	0					
		ACIMA	7	RURAL	0				
			URBANO	7		1	6		
+ 500 MIL		ABAIXO	0	RURAL	0				
			URBANO	0					
ACIMA	3	RURAL	0						
	URBANO	3			3				
Norte	ATÉ 20 MIL	ABAIXO	208	RURAL	118	81	2	35	
			URBANO	90	31	3	56		
		ACIMA	46	RURAL	16	8	2	6	
			URBANO	30	9	1	20		
		20 A 100 MIL	ABAIXO	86	RURAL	51	42	2	7
				URBANO	35	15	1	19	
	ACIMA	44	RURAL	9	5	1	3		
		URBANO	35	4	3	28			
	100 A 500 MIL	ABAIXO	0	RURAL	0				
			URBANO	0					
		ACIMA	12	RURAL	0				
			URBANO	12			12		
+ 500 MIL		ABAIXO	0	RURAL	0				
			URBANO	0					
ACIMA	2	RURAL	0						
	URBANO	2		1	1				
<b>405</b>									
<b>398</b>									

Região	População			1º ano	2º ano	3º ano		
Nordeste	ATÉ 20 MIL	1.005	ABAIXO	RURAL	568	350	3	215
			URBANO	437	123	26	288	
		1.019	ACIMA	RURAL	1			1
			URBANO	13	1	1	11	
	20 A 100 MIL	453	ABAIXO	RURAL	189	124	8	57
			URBANO	264	46	17	201	
		484	ACIMA	RURAL	1			1
			URBANO	30		8	22	
	100 A 500 MIL	14	ABAIXO	RURAL	0			
			URBANO	14		4	10	
		36	ACIMA	RURAL	1			1
			URBANO	21		3	18	
+ 500 MIL	0	ABAIXO	RURAL	0				
		URBANO	0					
	9	ACIMA	RURAL	0				
		URBANO	9			9		
1.548								

Região	População			1º ano	2º ano	3º ano		
Sul	ATÉ 20 MIL	51	ABAIXO	RURAL	33	24	3	6
			URBANO	18	17		1	
		802	ACIMA	RURAL	374	338	18	18
			URBANO	377	225	60	92	
	20 A 100 MIL	3	ABAIXO	RURAL	3	2		1
			URBANO	0				
		174	ACIMA	RURAL	7	5	1	1
			URBANO	164	23	54	87	
	100 A 500 MIL	0	ABAIXO	RURAL	0			
			URBANO	0				
		36	ACIMA	RURAL	0			
			URBANO	36		11	25	
+ 500 MIL	0	ABAIXO	RURAL	0				
		URBANO	0					
	2	ACIMA	RURAL	0				
		URBANO	2			2		
1.014								

Região	População			1º ano				2º ano				3º ano				
				RURAL	URBANO											
Sudeste	ATÉ 20 MIL	1.049	ABAIXO	228	RURAL	116	88	1	27	URBANO	112	58	5	49		
			ACIMA	821	RURAL	110	76	4	30	URBANO	711	349	53	309		
		20 A 100 MIL	371	ABAIXO	36	RURAL	11	9		2	URBANO	25	8		17	
				ACIMA	335	RURAL	13	6	1	6	URBANO	322	40	82	200	
			100 A 500 MIL	97	ABAIXO	0	RURAL	0				URBANO	0			
					ACIMA	97	RURAL	0				URBANO	97		33	64
	+ 500 MIL	14	ABAIXO	0	RURAL	0				URBANO	0					
			ACIMA	14	RURAL	0				URBANO	14		6	8		
	<b>1.531</b>															

Região	População			1º ano				2º ano				3º ano				
				RURAL	URBANO											
BRASIL	ATÉ 20 MIL	3.449	ABAIXO	1.540	RURAL	860	565	10	285	URBANO	680	240	35	405		
			ACIMA	1.909	RURAL	536	454	24	58	URBANO	1.373	755	126	492		
		20 A 100 MIL	1.229	ABAIXO	580	RURAL	254	177	10	67	URBANO	326	70	18	238	
				ACIMA	649	RURAL	30	16	3	11	URBANO	619	91	153	375	
			100 A 500 MIL	188	ABAIXO	14	RURAL	0	0	0	0	URBANO	14	0	4	10
					ACIMA	174	RURAL	1	0	0	1	URBANO	173	0	48	125
	+ 500 MIL	30	ABAIXO	0	RURAL	0	0	0	0	URBANO	0	0	0	0		
			ACIMA	30	RURAL	0	0	0	0	URBANO	30	0	7	23		
	<b>4.896</b>															